TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS (TRE/GO)

CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL MÉDIO

Aplicação: 1.º/2/2009

Cargo 9: TÉCNICO JUDICIÁRIO ÁREA: ADMINISTRATIVA

TARDE

CADERNO



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se o tipo deste caderno Caderno BETA coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém oitenta questões, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 80.
- 2 Quando autorizado pelo aplicador, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

O caminho justo é sempre o caminho certo.

- 3 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja divergência quanto ao tipo de caderno, solicite ao aplicador mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 4 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 5 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de um aplicador.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação que será feita no decorrer das provas e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, uma hora após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos quinze minutos anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o aplicador mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- 3/2/2009, após as 19 h (horário de Brasília) Gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet www.cespe.unb.br.
- II 4 e 5/2/2009 Recursos (provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III 3/3/2009 Resultado final das provas objetivas e convocação para a perícia médica: Diário Oficial da União e Internet.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 10 do Edital n.º 1 TRE/GO, de 21/10/2008.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



- Nas questões de 1 a 80, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam Noções de Informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português; o mouse está configurado para pessoas destras; expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 3

- Até hoje, os que estão de um lado ou de outro veem o processo civilizatório como uma consequência de um tripé sinérgico em que avanço técnico, igualdade e liberdade
- 4 articulam-se positivamente, cada um como um vetor que induz o outro a crescer. Em nossos dias, porém, essa sinergia morreu e o avanço técnico, longe de construir a igualdade,
- 7 está ampliando a desigualdade e, em lugar de ampliar o número de pessoas livres, está limitando a liberdade a poucos (mesmo nesses casos, trata-se de uma liberdade condicionada,
- 10 consumida nos engarrafamentos de trânsito, nos muros dos condomínios).

Cristovam Buarque. **Os círculos dos intelectuais**. *In*: Ari Roitman (Org.). **O desafio ético**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000, p. 109 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Depreende-se do desenvolvimento das ideias do texto acima que

- as expressões "engarrafamentos de trânsito" (ℓ.10) e "muros dos condomínios" (ℓ.10-11) exemplificam a limitação da liberdade
- **9** existem discordâncias sobre as causas do "processo civilizatório" $(\ell.2)$.
- um dos elementos que compõem o "tripé sinérgico" (ℓ .2-3) é o "processo civilizatório" (ℓ .2).
- **0** a ampliação da "desigualdade" $(\ell.7)$, nos dias atuais, deve-se à limitação da "liberdade" $(\ell.8)$.

QUESTÃO 2

Assinale a opção correta a respeito do uso das estruturas linguísticas no texto.

- Na linha 9, a flexão da forma verbal, no singular, em "tratase", deve-se à concordância com "uma liberdade".
- A retirada do artigo "uma" (ℓ.2) provocaria incorreção gramatical e incoerência na argumentação do texto, visto ser elemento de uso obrigatório.
- A expressão "essa sinergia" (l.5) resume a ideia anterior, que é de articulação entre os três vetores que se ajudam mutuamente a crescer.
- A flexão do verbo estar, no singular, em "está ampliando" (ℓ.7) e "está limitando" (ℓ.8), deve-se à concordância com "essa sinergia" (ℓ.5).

QUESTÃO 3

Preservam-se a coerência na argumentação e a correção gramatical do texto ao usar

- **aos poucos** em lugar de "a poucos" (l.8).
- **6** têm visto em lugar de "veem" $(\ell.1)$.
- **⊙** mas em lugar de "porém" (ℓ.5).
- à liberdade em lugar de "a liberdade" (l.8).

Texto para as questões de 4 a 7

- A liberdade não assegura a igualdade: ao contrário, sob o regime do livre mercado, está sendo construída a mais desigual de todas as sociedades humanas da história, com
- 4 exclusão das desigualdades por justificativas divinas como aquelas que davam a reis, sacerdotes ou faraós um poder total sobre os homens. E note-se que esses monarcas e suas cortes
- viviam o mesmo número de anos que os camponeses, sofriam quase as mesmas dificuldades de conforto que estes e levavam o mesmo tempo para se deslocarem de um lugar a outro, por
- mais que o fizessem sobre o ombro dos servos. Finalmente, a imposição da igualdade, em um tempo de graves problemas ecológicos, elimina a liberdade de escolha que o mercado
- 13 oferece e limita os sonhos de riqueza, mesmo que em nome do fim da pobreza.

Idem, Ibidem, p. 109-110 (com adaptações).

QUESTÃO 4

Assinale a proposta de alteração dos sinais de pontuação que preserva a coerência e a correção gramatical de trecho do texto.

- ♠ Retirar a vírgula depois de "igualdade" (ℓ.11).
- **3** Substituir o sinal de dois-pontos depois de "igualdade" (ℓ.1) pelo sinal de ponto-e-vírgula.
- **⊙** Inserir uma vírgula depois de "monarcas" (ℓ.6).
- Substituir o ponto depois de "servos" (l.10) por vírgula, escrevendo-se "Finalmente" com inicial minúscula.

QUESTÃO 5

Com base no texto acima, julgue os seguintes itens.

- Vive-se, na atualidade, em um regime de livre mercado e com graves problemas ecológicos.
- II O período iniciado por "E note-se" (l.6) justifica a maior desigualdade da história.
- III A liberdade de escolha provoca desigualdade porque limita os sonhos de riqueza.

Assinale a opção correta.

- Apenas I está de acordo com as ideias do texto.
- **6** Apenas I e II estão de acordo com as ideias do texto.
- Apenas II e III estão de acordo com as ideias do texto.
- Apenas III está de acordo com as ideias do texto.

No que se refere à organização da textualidade, assinale a opção em que a relação de referência está **incorreta**.

- Na linha 12, o termo "que" refere-se a "a liberdade de escolha".
- **9** O termo "aquelas" $(\ell.5)$ refere-se a "as sociedades humanas da história" $(\ell.3)$.
- Na linha 6, "esses monarcas" refere-se a "reis, sacerdotes ou faraós" (l.5).
- **O** Pronome "estes" $(\ell.8)$ refere-se a "os camponeses" $(\ell.7)$.

QUESTÃO 7

Respeitam-se as regras gramaticais e a coerência textual ao se reescrever a frase "mesmo que em nome do fim da pobreza" (l.13-14) da seguinte forma:

- mesmo que isso seja feito em nome do fim da pobreza.
- **3** embora isso põe fim na pobreza.
- mesmo que isso significa o fim da pobreza.
- embora que isso seja em nome do fim da pobreza.

Texto para as questões de 8 a 10

- No sistema democrático, há uma tensão permanente entre liberdade e igualdade. A primeira está associada à direita democrática, para a qual existe um conjunto
- 4 indissociável de liberdades: a de expressão e organização, a econômica e a de pluralidade de opiniões. Já o conceito de igualdade está associado à esquerda democrática, que defende
- 7 a necessidade de restringir um pouco a liberdade econômica para que as desigualdades não cresçam muito. As democracias maduras oscilam entre a direita e a esquerda, em busca ora de
- mais liberdade, ora de mais igualdade. Trata-se de algo muito diferente dos conceitos de esquerda e direita não-democráticas, estes, sim, ultrapassados.

Demétrio Magnoli. **Uma vitória da razão Veja**, 5/nov/2008, Entrevista (com adaptações)

QUESTÃO 8

De acordo com as ideias do texto acima, assinale a opção que apresenta as duas associações corretas.

- direita: restrições à liberdade econômica; esquerda: preocupação com as desigualdades.
- **9** direita: liberdade econômica; esquerda: liberdade de expressão.
- direita: pluralidade de opiniões; esquerda: restrições à liberdade econômica.
- direita: preocupação com as desigualdades; esquerda: liberdade de expressão.

QUESTÃO 9

No texto, provoca-se erro gramatical ao se

- retirar na linha 9, a conjunção "ora" que se segue a "busca".
- **3** substituir "uma tensão permanente" (ℓ.1) por **tensões permanentes**.
- **\Theta** substituir "a qual" (ℓ .3) por que.
- **1** inserir a palavra **liberdade** antes de "de expressão" $(\ell.4)$.

QUESTÃO 10

Na organização textual,

- o emprego da forma verbal "cresçam" (l.8), no modo subjuntivo, permite afirmar que o crescimento das desigualdades é uma hipótese que não se realiza porque não ocorre, efetivamente, restrição de "liberdade econômica" (l.7).
- na linha 2, a expressão "A primeira" refere-se a "liberdade"
 e, por isso, poderia ser substituída pelo pronome aquela.
- o advérbio "Já" (l.5) situa a ideia de "liberdade" no passado, enquanto "igualdade" está no presente.
- na linha 6, o pronome "que" refere-se a "igualdade" e, por isso, flexiona-se "defende", no singular.

QUESTÃO 11

- art. 63 A requerimento do órgão de direção do respectivo partido, o Juiz Eleitoral devolverá as fichas de filiação partidária existentes no cartório da respectiva zona eleitoral,
- 4 nos termos do art. 32, destas instruções, obedecidas as normas estatutárias da lei n. 9.096/95, art. 58.
 - §1.º Para efeito de candidatura a cargo eletivo, será
- 7 considerada como primeira filiação a constante das listas de que trata este artigo (*caput*).

Para que o fragmento de texto acima respeite as normas de elaboração de documentos oficiais, como impessoalidade, objetividade, clareza, e as regras gramaticais da modalidade padrão da língua portuguesa, será necessário

- escrever "art. 58" (l.5) entre parênteses, em lugar de separar esse termo do número da lei por vírgula; e, na linha 8, eliminar os parênteses de "caput", separando-o de "artigo" por vírgula.
- **3** substituir "A requerimento" $(\ell.1)$ por **Ao requerimento**.
- escrever "art. 63" (l.1) com letra inicial maiúscula, e Lei n.º
 9.096/95, em lugar de "lei n. 9.096/95" (l.5).
- retirar a vírgula depois de "instruções" (ℓ .4) e inserir uma vírgula depois de "filiação" (ℓ .7).

Desconsiderando o espaçamento e supondo que *Fulano de Tal* seja a assinatura do emissor do documento, assinale a opção correta para o fecho do documento oficial indicado.

ATESTADO

Goiânia, 18 de fevereiro de 2009

Fulano de Tal Fulano de Tal Diretor de Pessoal

6 MEMORANDO

Aguardando pronto atendimento, despedimo-nos, atenciosamente,

Fulano de Tal

Goiânia, 18 de fevereiro de 2009

OFÍCIO

Atenciosamente,

Fulano de Tal Coordenador-Geral

Goiânia, 18 de fevereiro de 2009

PARECER

É o Parecer

Procuradoria, em 18 de fevereiro de 2009 Procurador-Geral

Texto para as questões de 13 a 15

Podemos considerar o processo de crescimento sadio uma série interminável de situações de livre escolha com que cada indivíduo se defronta a todo o instante, ao longo da vida,

- quando deve escolher entre os prazeres da segurança e do crescimento, dependência e independência, regressão e progressão, imaturidade e maturidade. A segurança tem suas
- angústias e seus prazeres; o crescimento tem suas angústias e seus prazeres. Progredimos quando os prazeres do crescimento e a ansiedade da segurança são maiores do que a ansiedade do crescimento e os prazeres da segurança.

É claro que essa formulação do crescimento por meio do prazer também nos vincula à necessária postulação de que o que sabe bem também é, no sentido de crescimento, "melhor" para nós. Fundamo-nos aqui na crença de que, se a livre escolha é realmente livre e se quem escolhe não está

16 demasiado doente ou assustado para escolher, escolherá sensatamente, em uma direção saudável e progressiva, na majoria das vezes.

A. H. Maslow. **Introdução à psicologia do ser**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1962, p. 74-5 (com adaptações).

QUESTÃO 13

É correto afirmar que, no texto acima, a preposição no termo

- **4** "de que" $(\ell.14)$ é exigida por "Fundamo-nos" $(\ell.14)$.
- **6** "com que" $(\ell.2)$ é exigida por "se defronta" $(\ell.3)$.
- **6** "do que" $(\ell.9)$ é exigida por "prazeres" $(\ell.8)$.
- "de que" $(\ell.12)$ é exigida por "necessária" $(\ell.12)$.

QUESTÃO 14

Assinale a opção correspondente à ideia que está no centro da argumentação do texto de Maslow.

- O crescimento apoia-se na segurança equilibrada entre angústias e prazeres.
- **6** O crescimento faz de toda escolha livre uma escolha sadia.
- Em um crescimento sadio, o prazer está na base das escolhas.
- **•** Maturidade e imaturidade dependem do processo de crescimento.

QUESTÃO 15

Preservam-se a correção gramatical e a coerência entre os argumentos do texto **Introdução à psicologia do ser** ao se

- **A** substituir "o que" $(\ell.13)$ por aquele que.
- inserir como depois de "sadio" (ℓ.1), escrevendo crescimento sadio.
- inserir se depois de "deve" $(\ell.4)$, escrevendo deve-se.
- substituir "a ansiedade" $(\ell.9)$ por da ansiedade.

QUESTÃO 16

Com relação a conceitos de informática, assinale a opção correta.

- A memória RAM permite apenas leitura das informações.
- **6** A memória ROM permite leitura e escrita de informações.
- As impressoras jato de tinta são classificadas como unidade de entrada.
- O *pendrive* é um tipo de memória de massa que permite que os dados sejam lidos, gravados e regravados.

QUESTÃO 17



A partir da figura acima, que ilustra uma janela do editor Writer, com um documento em processo de edição, assinale a opção correta.

- Após selecionar a segunda coluna da tabela mostrada e clicar o botão , os nomes dos candidatos, nessa tabela, ficarão permutados.
- Para inserir uma linha na tabela mostrada no documento em edição, é suficiente clicar o botão.
- Para definir sombreamento da primeira linha da tabela mostrada, é suficiente selecioná-la e clicar o botão .

Texto para as questões 18 e 19



A figura acima apresenta uma janela do Internet Explorer 6 (IE6) que está sendo usado para acesso à Internet.

QUESTÃO 18

Com base na figura apresentada, assinale a opção correta.

- Para cadastrar o sítio em exibição como favorito do IE6 é suficiente clicar a ferramenta , a seguir, o botão Adicionar e, finalmente, OK.
- Ao se clicar a ferramenta Ir, será encaminhado um *e-mail* contendo o endereço da página acessada, para um destinatário de correio eletrônico.
- Por meio de funcionalidades disponibilizadas na ferramenta , é possível a busca de livros disponíveis na Internet para *upload*.
- Ao se clicar a ferramenta , é apresentada uma janela com opção de *download* e de *upload*.

QUESTÃO 19

Considerando a figura mostrada, assinale a opção **incorreta**, acerca de correio eletrônico.

- O link Gmail apresentado na janela do IE6 é utilizado para receber e enviar *e-mails* desde que o computador em uso tenha instalado pelo menos o Outlook Express.
- **19** Webmail é uma interface da World Wide Web que permite ler e escrever *e-mail* usando-se um navegador como o IE6 mostrado na figura.
- Microsoft Outlook Express é um programa cliente de *e-mail* e de notícias da Microsoft que permite administrar mais de uma conta de *e-mail*.
- Microsoft Outlook é integrante do pacote Office e, diferentemente do Outlook Express que é usado basicamente para receber e enviar *e-mails*, possui funções de *e-mail*, e é um calendário completo, para agendar compromissos.

QUESTÃO 20



A figura acima ilustra uma janela do aplicativo Calc com uma planilha em processo de edição. Considerando os cálculos de Total, Média e Máximo, assinale a opção correta.

- Oconsiderando que o valor da célula C3 seja calculado dividindo-se o número do Eleitorado do Centro-oeste pelo Total, é correto afirmar que esse valor pode ser determinado pela fórmula =B3/B8.
- **9** Para calcular a média do eleitorado das regiões contidas na planilha é suficiente selecionar as células de B3 até B7 e clicar a ferramenta f(x).
- O valor máximo do eleitorado pode ser encontrado selecionando as células de B3 até B7 e clicando na opção Máximo do *menu*
- Ao se selecionar a célula C8 e clicar a opção Soma do *menu* sessa célula ficará preenchida com o valor 1,00.

QUESTÃO 21

A respeito da prática arquivística em esfera pública no Brasil, assinale a opção correta.

- A gestão da informação é o conjunto de procedimentos automatizados por meio dos quais é feita a indexação e o armazenamento dos documentos eletrônicos, obedecendo a princípios específicos, uma vez que tais documentos não são regidos pela legislação arquivística.
- A legislação brasileira define arquivo como sendo o conjunto formado exclusivamente por documentos textuais oficiais, produzidos e recebidos por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, em suas funções administrativas, legislativas e judiciárias, ou por instituições de caráter público, ou ainda por entidades privadas, encarregadas da gestão de serviços públicos.
- Chama-se gestão de documentos o conjunto de procedimentos e operações técnicas realizados na fase corrente e na intermediária e que abrangem produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos, estabelecendo sua destinação, isto é, determinando a eliminação ou recolhimento para guarda permanente.
- O cidadão brasileiro tem o direito de receber dos órgãos públicos informações relativas a seus direitos e deveres, exclusivamente particulares, contidas em documentos de arquivo, quando autorizado pelo judiciário. Outras informações são originariamente consideradas sigilosas, a fim de garantir a segurança do Estado e a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem de outras pessoas.

É correto afirmar que o princípio teórico-metodológico fundamental da teoria arquivística é o(a)

- A respeito à proveniência.
- **3** respeito à pertinência territorial.
- **©** gestão de documentos.
- arranjo estrutural funcional.

QUESTÃO 23

A destinação dos documentos é indicada

- A pela tipologia documental.
- **3** pelo plano de classificação.
- pelos instrumentos de pesquisa.
- pela tabela de temporalidade.

QUESTÃO 24

Julgue os itens seguintes a respeito das idades documentais.

- I A teoria das três idades é aquela que afirma que os documentos passam por diferentes fases, determinadas, por um lado, pela frequência de uso dos documentos pela entidade produtora ou acumuladora e, por outro lado, pela identificação dos valores primário e secundário presentes ou não nos documentos.
- II A legislação determina que todos os documentos produzidos e acumulados por órgãos públicos e instituições de caráter público devem ser identificados como correntes, intermediários ou permanentes e devem receber tratamento adequado.
- III Os documentos considerados correntes são caracterizados por estarem ativos, ou em curso; em muitos casos, mesmo quando não há mais a movimentação dos documentos, eles são alvo de consultas frequentes.
- IV Chama-se ciclo vital o sistema de registro de documentos que permite controlar a produção e a tramitação na fase corrente e a passagem para a intermediária por meio de listagens, repertórios, índices e planos de arquivamento.

A quantidade de itens certos é igual a

- **a** 1
- **3** 2.
- **9** 3.
- **o** 4

QUESTÃO 25

Os processos de passagem de documentos do arquivo corrente para o intermediário e deste para o permanente são denominados, respectivamente,

- A transferência e recolhimento.
- arranjo e classificação.
- arquivamento e acondicionamento.
- avaliação e seleção.

QUESTÃO 26

A respeito da preservação da integridade dos documentos, assinale a opção correta.

- A luz natural e o calor são prejudiciais aos documentos. Recomenda-se, para o local de armazenamento, a utilização de lâmpadas fluorescentes, por não produzirem calor nem radiação ultravioleta (UV), e o uso de condicionadores de ar para manter a temperatura abaixo de 5 graus durante o dia. Durante a noite, os aparelhos podem ser desligados, para reduzir os custos e o risco de incêndio.
- Preservação é o nome dado ao processo de exposição de uma peça documental a vapores químicos, dentro de câmaras especiais a vácuo, para destruição de insetos e fungos, resultando na polimerização do documento.
- Denomina-se conservação o conjunto de atividades que visam à preservação dos documentos, isto é, ações realizadas com o objetivo de desacelerar os processos de degradação por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos, como higienização, acondicionamento, reparos e outros.
- A limpeza do depósito do arquivo deve ser rigorosa para evitar a proliferação de fungos e insetos; o chão deve ser limpo com pano umidecido em uma mistura de água, solventes, cera e substâncias bactericidas. Uma vez por mês, pelo menos, as estantes devem ser limpas com a mesma mistura.

QUESTÃO 27

Acerca das rotinas de tratamento documental em arquivos, assinale a opção correta.

- Fazem parte das rotinas para destinação de documentos na fase corrente as seguintes atividades: verificar se os documentos a serem destinados estão organizados de acordo com os conjuntos definidos na tabela de temporalidade; verificar se cumpriram o prazo de guarda estabelecido; registrar os documentos a serem eliminados; proceder à eliminação; elaborar termo de eliminação; elaborar lista de documentos destinados à fase intermediária; operacionalizar a passagem ao arquivo intermediário.
- As atividades que compõem as rotinas de classificação são as seguintes: receber o documento; ler o conteúdo do documento identificando a data, o(s) responsável(is) pela assinatura e o assunto; localizar o(s) assunto(s) no Índice de classificação bibliográfica; anotar o código no verso do documento; preencher a(s) folha(s) de identificação com a data e o(s) nome(s) do(s) responsável(is).
- As rotinas de arquivamento consistem em: inspeção do documento para verificar se está assinado e se é original; formação de dossiê, agrupando os documentos emitidos na mesma data, que devem ser acondicionados em pasta suspensa com prendedor; na pasta, devese registrar o dia ou o mês em que foram emitidos os documentos e os números de protocolo, para facilitar sua localização; dentro do dossiê, os documentos devem ser ordenados alfabeticamente pelo nome das pessoas que os assinam.
- As atividades a seguir são rotinas de protocolo: receber documentos enviados por outras instituições; despachar documentos enviados por setores do órgão; armazenar os documentos em fase corrente; emprestar os documentos aos setores que os solicitarem; fazer o controle de retirada; controlar o prazo para devolução do documento; prestar informações contidas nos documentos; estabelecer procedimentos de conduta dos arquivistas com relação à prática e à ética profissional.

Considerando os princípios arquivísticos e a legislação a respeito da avaliação e da eliminação de documentos públicos, assinale a opção correta.

- O instrumento resultante da atividade de avaliação é o catálogo seletivo, que indica os documentos selecionados para a guarda permanente ostensiva ou sigilosa, indicando os níveis legais de acesso a cada documento ou informação.
- A pessoa que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente ou considerados como de interesse público e social ficará sujeita à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor.
- Avaliação é a atividade que, por meio da análise do conteúdo do documento, a fim de verificar a importância e a veracidade das informações nele contidas, deve atribuir graus de sigilo, segundo legislação específica. É nessa etapa que se identificam quais os documentos originais e autênticos, de acordo com as normas de validação, sendo responsável por determinar a eliminação dos demais documentos.
- A eliminação de documentos produzidos por instituições públicas e de caráter público somente será realizada após autorização da presidência do órgão, e sancionada em instância superior: se federal, pela Casa Civil da Presidência da República; se estadual, pelo Gabinete do Governador.

QUESTÃO 29

Assinale a opção que apresenta corretamente a definição de documento de arquivo.

- A informação textual gerada oficialmente no decurso de ação administrativa ou judicial de órgão público, fixada ou não em suporte.
- Toda informação gerada por atividades de órgãos públicos, fixada em suportes e reunida intencionalmente por características culturais comuns.
- Qualquer documento considerado autêntico e preservado em velino por causa dos fatos sociais ou históricos registrados por seu conteúdo.
- Qualquer documento produzido ou recebido por pessoa física ou jurídica, acumulado naturalmente ao longo das atividades e preservado como prova de tais atividades.

QUESTÃO 30

Com relação à alteração do suporte da informação em arquivos, assinale a opção correta.

- Apesar de ser um processo de reprodução de documentos tradicionalmente muito utilizado, a microfilmagem não deve ser realizada quando houver intenção de eliminar os originais, pois tal processo não pode, em circunstância alguma, ter validade em juízo.
- A atual legislação somente autoriza a eliminação de documentos permanentes após sua reprodução por meio dos processos de microfilmagem ou digitalização, desde que garantida a autenticidade da cópia.
- Qualquer proposta de alteração de suporte das informações arquivísticas deve levar em consideração as questões legais, garantias jurídicas, normalização de procedimentos, padrões de qualidade estabelecidos pela legislação brasileira. É necessário considerar, ainda, as peculiaridades de cada órgão, além de realizar estudos de viabilidade econômica.
- As vantagens da alteração do suporte de documentos de arquivo, incluem: agilizar o arquivamento das informações por tornar desnecessária a organização dos documentos; facilitar o intercâmbio com outras entidades; proporcionar acesso às informações em redes; reduzir a ocupação e melhorar o aproveitamento do espaço; reduzir custos de manutenção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Segundo Maria Sylvia Di Pietro, "os órgãos da administração pública são estruturados de forma a criar uma relação de coordenação e subordinação entre eles, cada qual com suas atribuições previstas em lei."

Direito Administrativo. 16.ª edição, São Paulo: Atlas, p. 74 (com adaptações).

O trecho acima corresponde ao princípio do(a)

- controle ou tutela.
- bierarquia.
- autotutela.
- especialidade.

QUESTÃO 32

Assinale a opção que contém órgão da administração direta.

- Banco Central
- Advocacia Geral da União
- Caixa Econômica Federal
- IBAMA

QUESTÃO 33

José Carlos, servidor público federal, faltou ao serviço sessenta e cinco dias em um período de doze meses, sem apresentar qualquer justificativa, configurandose a hipótese de inassiduidade habitual. Diante disso, foi instaurado regular processo administrativo disciplinar contra José Carlos.

Assinale a opção correspondente à penalidade a que está sujeito José Carlos, de acordo com a Lei n.º 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais), caso a hipótese de inassiduidade habitual seja comprovada.

- A demissão
- advertência
- aposentadoria compulsória
- suspensão

QUESTÃO 34

Pessoa jurídica de direito público, dotada de patrimônio próprio, criada por lei para o desempenho de serviço público descentralizado.

A definição acima refere-se a

- empresa pública.
- 6 órgão público.
- autarquia.
- sociedade de economia mista.

Joaquim, motorista de pessoa jurídica prestadora de serviço público, transportava documentos oficiais que necessitavam ser entregues com urgência. No trajeto, Joaquim, por imperícia e imprudência, envolveu-se em acidente de trânsito, no qual colidiu com veículo de particular.

Considerando a situação hipotética acima, assinale opção correta.

- A responsabilidade civil será da pessoa jurídica, na modalidade objetiva, com a possibilidade de direito de regresso contra o motorista.
- A responsabilidade civil será exclusiva de Joaquim, visto que agiu com imperícia e imprudência.
- A Constituição Federal de 1988 (CF) adotou a responsabilidade objetiva do Estado, sob a modalidade do risco integral, razão pela qual a pessoa jurídica deverá responder pelos danos.
- Trata-se de hipótese que exclui o dever de indenizar, visto que Joaquim estava executando serviço público de natureza urgente.

QUESTÃO 36

Com relação à investidura em cargo público, assinale a opção correta.

- O servidor tem trinta dias para entrar em exercício, contados da data da nomeação.
- Para a investidura em cargo público, é necessário possuir idade mínima de dezesseis anos.
- **O** aproveitamento é forma de provimento de cargo público.
- A investidura em cargo público ocorrerá com a nomeação.

QUESTÃO 37

Um açougue recebeu a visita de agentes da Vigilância Sanitária, que pretendiam aferir as condições de higiene do estabelecimento. Constataram diversas irregularidades, entre as quais: carnes acondicionadas indevidamente e sem comprovação de procedência; funcionários não utilizavam os equipamentos básicos exigidos por lei; péssimas condições de limpeza das geladeiras. Diante desse quadro, os agentes públicos multaram o dono do açougue e fecharam o estabelecimento até que as irregularidades fossem sanadas.

Considerando a atuação da administração na situação hipotética acima, assinale a opção correspondente ao poder administrativo exercido no caso descrito.

- poder de polícia
- B poder hierárquico
- poder disciplinar
- poder discricionário

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta quanto à concessão de serviço público.

- A pessoa física pode ser concessionária de serviço público.
- O concessionário atua em nome da administração, por conta e risco desta, respondendo subsidiariamente por eventuais danos causados na execução do serviço.
- O poder concedente é atribuição exclusiva da União e dos estados, sendo vedado aos municípios.
- O contrato de concessão de serviço público deve ser precedido de licitação, na modalidade de concorrência, salvo nas hipóteses previstas em lei.

QUESTÃO 39

Em relação ao controle da administração pública, assinale a opção correta, segundo o disposto na CF.

- O Congresso Nacional, mediante aprovação da maioria absoluta de seus membros, poderá convocar o presidente da República e seus ministros para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- **9** O Poder Judiciário exerce o controle externo da administração com auxílio dos tribunais de contas.
- As entidades da administração indireta não são fiscalizadas pelos tribunais de contas.
- O Compete ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo.

QUESTÃO 40

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, assinale a opção correta.

- A CF garante a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, mediante o pagamento das respectivas taxas.
- **3** Segundo a CF, todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
- É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- A lei penal poderá retroagir para beneficiar o réu.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta quanto aos direitos políticos e à cidadania.

- A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor um ano após a data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no período subsequente.
- Entre as hipóteses de suspensão dos direitos políticos previstas na CF está a prática de improbidade adminsitrativa.
- Os conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório, não podem alistar-se como eleitores, salvo mediante prévia autorização do superior hierárquico.
- Indivíduos analfabetos não possuem direito ao voto.

Assinale a opção correta no que concerne ao tratamento dado pela CF aos partidos políticos.

- É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sendo, contudo, obrigatória a vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.
- **②** É vedado aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- Os partidos políticos adquirem personalidade jurídica com o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).
- Os partidos políticos têm direito a recursos do fundo partidário, e devem pagar pelo acesso ao rádio e à televisão.

QUESTÃO 43

Assinale a opção correspondente a princípio constitucional aplicável à administração pública, porém **não** previsto expressamente na CF, Capítulo VII, Seção I, art. 37, que trata das disposições gerais aplicáveis à administração pública.

- A princípio da impessoalidade
- princípio da moralidade
- princípio da proporcionalidade
- princípio da eficiência

QUESTÃO 44

Acerca do tratamento constitucional dado à administração pública, assinale a opção correta.

- É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.
- Os cargos, empregos e funções públicas são vedados aos estrangeiros.
- **©** É vedado ao servidor público civil associar-se a sindicato.
- As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo ou por pessoas de fora do serviço público.

QUESTÃO 45

Ainda considerando o tratamento constitucional dado à administração pública, assinale a opção correta.

- A proibição de acumular cargos, prevista na CF, não se estende aos empregos e funções das empresas públicas e sociedades de economia mista.
- As autarquias serão criadas por decreto presidencial específico, que será submetido ao Congresso Nacional para apreciação.
- São imprescritíveis os ilícitos que causem prejuízo ao erário, bem como as respectivas ações de ressarcimento.
- Os estados e o Distrito Federal podem fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo tribunal de justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

QUESTÃO 46

Segundo a CF, são órgãos da Justiça Eleitoral

- Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais.
- Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Juntas Eleitorais.
- Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e Ministério Público Eleitoral.
- Tribunal Superior Eleitoral, Tribunal Regional Eleitoral, Juízes Eleitorais e o Corregedor Eleitoral.

QUESTÃO 47

Assinale a opção correta em relação aos tribunais e juízes eleitorais.

- O TSE elegerá seu presidente e seu vice-presidente entre os ministros do STF, e o Corregedor Eleitoral entre os ministros do STJ.
- O TSE é composto de sete membros, entre os quais três ministros do STF, dois ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), um ministro do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e um advogado escolhido pelo presidente da República.
- O TSE é composto de sete membros, entre os quais três ministros do STF, dois ministros do STJ, um desembargador federal e um advogado escolhido pelo presidente da República.
- O TSE elegerá seu presidente e o vice-presidente, respectivamente, entre os ministros do STF e os ministros do STJ. O Corregedor Eleitoral será escolhido entre os ministros oriundos da classe dos advogados.

Assinale a opção correta acerca de tribunais e juízes eleitorais.

- Os juízes dos tribunais eleitorais são vitalícios, somente podendo perder o cargo por meio de decisão judicial transitada em julgado.
- Das decisões dos TREs caberá recurso quando denegarem habeas corpus, mandado de segurança, habeas data ou mandado de injunção.
- As decisões do TSE são irrecorríveis.
- Os TREs são compostos por dois juízes escolhidos entre os desembargadores do tribunal de justiça, por dois juízes escolhidos entre os juízes de direito, por dois juízes oriundos da classe dos advogados e por dois juízes dos Tribunais Regionais Federais (TRFs).

QUESTÃO 49

Segundo a CF, o Ministério Público da União (MPU) compreende vários ramos. Assinale a opção que **não** corresponde a ramo do MPU.

- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- Ministério Público Federal
- Ministério Público Eleitoral
- Ministério Público do Trabalho

QUESTÃO 50

Acerca das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.

- Entre as atribuições do Ministério Público previstas na CF está a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- Os membros do Ministério Público gozam da garantia da vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por votação da maioria absoluta dos membros do Conselho Superior do Ministério Público.
- Entre as atribuições do Ministério Público previstas na CF está a defesa dos necessitados, que não dispõem de recursos para pagar um advogado.
- Segundo a CF, cabe ao Ministério Público exercer o controle externo da atividade policial.

QUESTÃO 51

Considerando a composição e as atribuições dos TREs, assinale a opção correta.

- As decisões dos TREs são irrecorríveis, e, portanto, terminativas, quando versarem sobre expedição de diplomas em eleições estaduais.
- Os membros dos TREs são, todos eles, nomeados pelo presidente da República, entre cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo tribunal de justiça de cada estado da Federação.
- Os TREs deliberam por maioria de votos, em sessão pública, com a presença da maioria de seus membros.
- Compete aos TREs processar o registro e o cancelamento do registro de candidatos a governador, vice-governador e deputado estadual, cabendo ao TSE o registro e o cancelamento do registro de candidatos a senador, deputado federal, presidente e vice-presidente da República.

QUESTÃO 52

No que diz respeito aos juízes eleitorais, julgue os itens a seguir.

- A jurisdição de cada uma das zonas eleitorais cabe a um juiz de direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal que goze das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- II Nenhum magistrado tem vinculação permanente com a Justiça Eleitoral, pois as investiduras, nela, são periódicas, prevalecendo o princípio da temporariedade.
- III Como a Justiça Eleitoral não dispõe de quadro próprio de magistrados, não se exige, dos juízes eleitorais, que despachem na sede da zona eleitoral pela qual respondem.
- IV Compete aos juízes eleitorais ordenar o registro e o cancelamento do registro dos candidatos aos cargos eletivos municipais e estaduais e comunicá-los ao respectivo tribunal regional.

Estão certos apenas os itens

- **3** I e III.
- **O** II e IV.
- **D** III e IV.

QUESTÃO 53

No que se refere ao alistamento e aos serviços eleitorais, assinale a opção correta.

- Detectada a duplicidade de inscrições eleitorais, o juiz eleitoral deverá determinar a regularização ou a suspensão da inscrição, independentemente de ela pertencer, ou não, à sua jurisdição.
- **⑤** É facultado o alistamento, no ano anterior àquele em que se realizarem as eleições, do menor que completar 16 anos de idade até seis meses antes da data do pleito.
- Identificada situação em que um mesmo eleitor tenha duas ou mais inscrições regulares, é facultado ao eleitor manifestar-se sobre a inscrição de sua preferência, devendo as outras ser canceladas pela autoridade judiciária.
- As informações constantes do cadastro eleitoral são acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos do que estabelece resolução do TSE, ressalvadas as informações de caráter personalizado.

QUESTÃO 54

No que concerne às normas acerca da composição e das atribuições das juntas eleitorais, assinale a opção correta.

- **10** Depois de aprovação do TRE, os membros das juntas eleitorais serão nomeados pelo presidente daquele tribunal, a quem cumpre também designar-lhes a sede.
- **3** Os partidos e os candidatos têm o direito legal de, até dez dias antes da data do pleito, em petição fundamentada, impugnar as indicações dos membros que irão compor as juntas eleitorais.
- Os membros de diretórios de partidos políticos, estejam estes registrados no TSE ou não, só podem ser nomeados membros das juntas eleitorais se os respectivos nomes tiverem sido aprovados pelo TRE e, após isso, oficialmente publicados.
- As matérias de competência da junta eleitoral são decididas pelo juiz eleitoral que a preside, no exercício da jurisdição eleitoral.

Com relação às regras constantes na Lei n.º 9.096/1995 (lei dos partidos políticos), julgue os itens subsequentes.

- I Somente o partido que tenha registrado seu estatuto no TSE pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão.
- II Para concorrer a cargo majoritário, o eleitor deve estar filiado a um partido político há pelo menos um ano antes da data fixada para as eleições e, para concorrer a cargo proporcional, deve estar filiado há pelo menos seis meses.
- III Para desligar-se do partido político, o filiado faz comunicação escrita ao órgão partidário de direção municipal e ao juiz eleitoral da zona em que for inscrito.
- IV Qualquer partido com registro no TSE tem direito a funcionamento parlamentar em todas as casas legislativas para a qual tenha elegido representante, independentemente do número de votos obtidos nas últimas eleições.

Estão certos apenas os itens

- ⚠ I e II.
- **3** I e III.
- **9** II e IV.
- III e IV.

QUESTÃO 56

A respeito das competências dos tribunais eleitorais, assinale a opção **incorreta**.

- Não podem fazer parte do TSE cidadãos que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, seja o vínculo legítimo ou ilegítimo, excluindo-se, nesse caso, o que tiver sido escolhido por último.
- **6** Compete ao TSE julgar, originariamente, os conflitos de jurisdição entre juízes eleitorais do respectivo estado.
- No desempenho de suas atribuições, o corregedor regional da Justiça Eleitoral poderá locomover-se para as zonas eleitorais, a requerimento de partido político, deferido pelo TRE.
- São irrecorríveis as decisões do TSE, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrário à CF e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

QUESTÃO 57

Tendo em vista a disciplina legal sobre os partidos políticos, é correto afirmar que

- dois ou mais partidos poderão, por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, fundir-se em um só ou incorporarse um ao outro.
- os partidos não podem estabelecer, em seus estatutos, prazos de filiação partidária superiores aos previstos na legislação, com vistas a candidaturas a cargos eletivos.
- é vedado, aos partidos políticos, receber doações de pessoas jurídicas, quaisquer que sejam.
- o partido, a fim de evitar embaraços e disputas de natureza político-partidária, está impedido de examinar as prestações de contas dos demais partidos, sendo esta uma atribuição exclusiva da Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 58

Considerando as normas atinentes ao título e ao cadastro eleitoral, assinale a opção correta.

- Caso tenha sido removido ou transferido de seu local de trabalho, o servidor público civil ou militar pode obter a transferência de domicílio eleitoral independentemente da prova de quitação com a Justiça Eleitoral.
- Havendo inutilização ou dilaceração do título eleitoral, o eleitor deverá requerer pessoalmente ao juiz de seu domicílio eleitoral que lhe expeça segunda via, mas, no caso de perda ou extravio do título, o requerimento dar-se-á por meio de ação judicial e, não, administrativa.
- Como regra, e em atenção ao princípio da publicidade, os juízes e os tribunais estão autorizados a fornecer dados do cadastro de eleitores, pertencentes ou não à sua jurisdição.
- Nas hipóteses de alistamento, transferência, revisão e segunda via, a data da emissão do título será a de preenchimento do requerimento.

QUESTÃO 59

Quanto à restrição de direitos políticos e ao comparecimento às eleições, assinale a opção correta.

- Não se admite, no Brasil, a perda dos direitos políticos, mas tão-somente a sua suspensão.
- O eleitor que deixar de votar, por se encontrar no exterior na data do pleito, deverá justificar-se perante o juiz eleitoral em até 60 dias após a realização da eleição.
- A regularização da situação eleitoral de pessoa com restrição de direitos políticos somente será possível mediante comprovação de haver cessado o seu impedimento.
- O eleitor, mesmo que esteja quite com suas obrigações eleitorais, só poderá requerer a expedição de certidão de quitação na zona eleitoral em que é inscrito.

QUESTÃO 60

Em relação às disposições do Código Eleitoral brasileiro acerca das eleições, assinale a opção correta.

- Compete aos TREs fazer a apuração parcial das eleições para presidente e vice-presidente da República.
- No processo de apuração, compete aos juízes das zonas eleitorais determinar o quociente eleitoral e o partidário, bem como a distribuição das sobras.
- Nenhuma autoridade poderá, desde três dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor, salvo em flagrante delito.
- É proibida, durante o ato eleitoral, a presença de força armada no edifício em que funcionar mesa receptora, ou nas imediações, podendo, entretanto, aproximar-se do lugar da votação, ou nele penetrar, por ordem do presidente da mesa ou mediante requisição de partido político, coligação ou candidato.

Tendo em vista o regime jurídico aplicável aos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

- A Lei n.º 8.112/1990 é aplicável tanto aos servidores da administração direta quanto aos empregados das empresas públicas. Estão sujeitos ao regime geral das empresas privadas apenas os servidores das sociedades de economia mista, que têm a natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- O regime estatutário é o regime jurídico aplicável aos servidores da administração direta, mas não aos das autarquias e fundações públicas, pois estas, como entidades que integram a administração indireta, submetem-se ao regime celetista.
- Com a Emenda Constitucional n.º 19/1998, não mais se exige, para os servidores da administração direta, autárquica e fundacional, que seja observado unicamente o regime estatutário, podendo esses servidores, além do disposto nos estatutos, ter suas relações laborais norteadas também pela CLT.
- Os órgãos da administração direta têm de observar unicamente o regime estatutário, no qual constam todos os requisitos necessários para investidura, remuneração, promoção, aplicação de sanções disciplinares, entre outros.

QUESTÃO 62

Quanto às formas de provimento de cargo público, julgue os itens a seguir.

- I A vitaliciedade é a prerrogativa conferida a agentes públicos de determinadas categorias funcionais, em razão da especificidade das funções que lhes são cometidas, e cuja perda só pode se dar por sentença judicial transitada em julgado.
- II São formas de provimento derivado a ascensão, a transferência, a readaptação, a reversão e a reintegração.
- III Provimento efetivo é o que se faz em cargo público, mediante nomeação, após o servidor ser aprovado em concurso público, assegurando-se, após três anos de exercício, o direito de permanência no cargo.
- IV O provimento em cargo em comissão pressupõe que o indivíduo a ser nomeado, além de integrar o quadro de servidores efetivos, seja estável no serviço público.

Estão certos apenas os itens

- **△** I e II.
- **3** I e III.
- **9** II e IV.
- III e IV.

QUESTÃO 63

Considerando as distinções entre ocupante de cargo, emprego e função pública, assinale a opção correta.

- Os ocupantes de empregos públicos são designados empregados públicos, contratados sob o regime da legislação trabalhista, ainda que submetidos a todas as normas constitucionais referentes a requisitos para investidura, acumulação de cargos e vencimentos.
- As pessoas que, nos termos da CF, são contratadas para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, por se constituírem em categoria especial de agentes públicos, não podem ser consideradas servidores públicos em sentido amplo.
- As funções de confiança podem ser exercidas tanto por servidores efetivos quanto por aqueles que, mesmo não detendo vínculo permanente com a administração, trabalham no serviço público e percebem vantagem pecuniária extra, paga em virtude do tipo especial de atribuição que desempenham.
- Cargo público é o lugar dentro da organização funcional da administração direta, de suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas que, ocupado por servidor público, tem funções e remuneração fixadas em lei ou diploma a ela equivalente.

QUESTÃO 64

Com relação ao sistema remuneratório dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- O teto remuneratório dos servidores públicos, nas esferas federal, estadual e municipal, é o mesmo para todos os servidores e corresponde ao subsídio dos ministros do STF, estando vedado o estabelecimento de tetos específicos.
- Vencimento é o somatório das várias parcelas indenizatórias a que o servidor faz jus em decorrência de sua situação funcional, aí incluídas as vantagens pecuniárias, como os adicionais e as gratificações.
- A remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada por lei específica, e sua alteração só se dará por decreto de iniciativa do chefe do Executivo da respectiva unidade da Federação, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.
- A CF determina que os ministros de Estado, os membros do Ministério Público, os integrantes da Defensoria Pública e da Advocacia Pública, assim como os servidores públicos policiais, entre outras categorias, serão obrigatoriamente remunerados por subsídios, a serem pagos em parcela única.

Acerca do direito de greve e da acumulação de cargos no serviço público, assinale a opção correta.

- A proibição de acumular remuneradamente cargos públicos estende-se a empregos e funções nas autarquias e fundações, mas não nas empresas públicas e sociedades de economia mista, pois estas se regem, quanto às obrigações trabalhistas, pelas normas aplicáveis às empresas privadas.
- **1** De acordo com entendimento do STF, a competência para processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve de servidores públicos federais é sempre da Justiça do Trabalho.
- A CF admite que um servidor aposentado possa acumular os proventos que percebe com a remuneração de um cargo em comissão de livre nomeação e exoneração.
- A norma constitucional que proíbe a greve aos militares federais não se estende aos militares dos estados e do Distrito Federal, devendo as constituições e a Lei Orgânica respectivas dispor sobre o tema.

QUESTÃO 66

Em relação ao afastamento para exercício de mandato eletivo e aos direitos sociais dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- O servidor tem direito a férias anuais de trinta dias, podendo voluntariamente acumulá-las, até o máximo de três períodos, desde que o requeira com pelo menos sessenta dias de antecedência.
- O servidor público da administração direta, autárquica ou fundacional em exercício de mandato eletivo tem o direito de ficar afastado do cargo, computando esse tempo para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- Ao servidor ocupante de cargo público estendem-se os direitos sociais previstos para os trabalhadores urbanos e rurais, como o direito ao seguro-desemprego e ao aviso prévio proporcional ao tempo de serviço.
- Quando o servidor ocupa o cargo de vereador ou de prefeito municipal, poderá optar pela remuneração de seu cargo efetivo, embora tenha de obrigatoriamente se afastar dele, abdicando da remuneração do cargo eletivo.

QUESTÃO 67

Relativamente aos conceitos de readaptação, recondução, aproveitamento e reversão, assinale a opção correta.

- Como forma de provimento por reingresso do servidor, a reversão se consuma quando o servidor estável retorna ao cargo que antes ocupava em razão de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou de reintegração do anterior ocupante.
- Readaptação é a situação funcional na qual o servidor estável passa à inatividade em razão da extinção de seu cargo ou da declaração de sua desnecessidade.
- Ocorre a recondução quando o servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado, ou ao cargo resultante de sua transformação, após ter sido reconhecida a ilegalidade de sua demissão.
- O aproveitamento é o reingresso, no serviço público, do servidor em disponibilidade, quando haja cargo vago de natureza e vencimento compatíveis com o anteriormente ocupado.

QUESTÃO 68

A respeito da aposentadoria do servidor público, julgue os itens subsequentes.

- I A aposentadoria compulsória ocorre aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, somente dando direito a proventos integrais se o servidor já tiver completado o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria voluntária.
- II Na aposentadoria por invalidez permanente, o servidor aposentado receberá proventos proporcionais ao tempo de serviço, salvo se a invalidez resultar de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, casos em que os proventos serão integrais.
- III A aposentadoria voluntária, para o servidor que ingressar no serviço público a partir da entrada em vigor da Emenda Constitucional n.º 41/2003, decorre de pedido do servidor público, independentemente de preencher os requisitos mínimos de tempo de contribuição e de idade.
- IV O servidor ocupante exclusivamente de cargo em comissão e os que ocupam cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, bem como de suas autarquias e fundações, submetem-se ao regime previdenciário próprio do servidor público.

Estão certos apenas os itens

- **△** I e II.
- **1** e IV.
- **9** II e III.
- **D** III e IV.

QUESTÃO 69

Considerando as normas acerca de concurso público e estabilidade, assinale a opção correta.

- Ao dispor que o direito de acesso ao serviço público é conferido aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, a CF proíbe terminantemente a admissão de estrangeiros a cargos, empregos e funções públicas.
- A norma constitucional que proíbe tratamento discriminatório em razão da idade, para efeito de ingresso no serviço público, não tem caráter absoluto, sendo legítima, em consequência, a estipulação da exigência de ordem etária quando esta decorrer da natureza e do conteúdo ocupacional do cargo a ser provido.
- O servidor estável que for investido em cargo de natureza e carreira diversas está dispensado de cumprir o estágio probatório no novo cargo, pois a estabilidade já é direito que lhe assiste após o período de três anos de efetivo exercício.
- Adquirida a estabilidade, o servidor somente poderá ser demitido em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

No que concerne a demissão e exoneração, assinale a opção incorreta.

- A dispensa de função de confiança pode se dar a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.
- A demissão é ato de caráter punitivo, representando uma penalidade aplicada ao servidor em razão de infração funcional grave.
- A administração pode promover a exoneração de ofício, entre outras situações, quando o servidor, ocupante de cargo efetivo, não satisfizer as condições do estágio probatório.
- O servidor será demitido quando, tendo tomado posse, não entrar em exercício no prazo legal.

As questões de **71** a **80** devem ser respondidas com base nas regras previstas do regimento interno do TRE/GO.

QUESTÃO 71

Assinale a opção correta acerca da composição do TRE/GO.

- No caso de impedimento ou de suspeição de algum dos juízes efetivos, a convocação do substituto pode ser realizada sem que seja obrigatória a substituição pelo juiz substituto da mesma classe do impedido ou suspeito.
- Os juízes do TRE oriundos da magistratura são sempre escolhidos pelo Tribunal do qual o indicado é oriundo. Assim, no caso do juiz federal, a indicação será feita pelo TRF da 1.ª Região, e, no caso dos desembargadores e dos juízes de direito, a indicação é feita pelo Tribunal de Justiça do Estado.
- Os dois juízes do TRE que são oriundos da advocacia são nomeados pela OAB.
- Os substitutos dos juízes efetivos do Tribunal são escolhidos mediante a adoção do mesmo processo e correspondem à metade do número de juízes efetivos em cada categoria.

QUESTÃO 72

Ainda acerca da composição do TRE/GO, assinale a opção correta.

- Quando um juiz do TRE/GO for reconduzido, é desnecessária nova posse. Apenas deve ser realizada uma anotação no termo de posse originário do juiz.
- **9** Em caso de vacância do cargo de juiz do TRE/GO, o juiz substituto que for convocado permanecerá em exercício até o fim do mandato do juiz que se afastou da corte.
- Como regra, cônjuges, companheiros e parentes não podem ter assento concomitante no tribunal, mas essa regra apenas tem validade quando se trata de juízes indicados pela mesma classe ou categoria de juízes. Desta forma, caso um juiz seja indicado como magistrado oriundo do Tribunal de Justiça do Estado e o seu cônjuge seja indicado como representante dos advogados ou como magistrado oriundo do TRF da 1.ª Região, por exemplo, o impedimento não ocorrerá.
- Independentemente do período eleitoral, quando ocorrer afastamento de um juiz, por motivo de férias ou licença de suas funções na justiça comum, tal afastamento não se aplica de forma automática às funções da Justiça Eleitoral, sendo necessário que o magistrado interessado faça requerimento nesse sentido, a fim de conjugar seu afastamento nas duas funções.

QUESTÃO 73

Assinale a opção correspondente a função dos juízes auxiliares.

- Diplomar os eleitos para os cargos de governador e vicegovernador do Estado.
- **9** Julgar denúncias e representações por irregularidades no serviço eleitoral que sejam capazes de comprometer as eleições em razão de abuso de poder econômico.
- Apreciar reclamações ou representações acerca de descumprimento de disposições relativas à propaganda eleitoral irregular, realizada antecipadamente, de forma ostensiva ou dissimulada.
- Aprovar a constituição da comissão apuradora das eleições.

QUESTÃO 74

A competência do TRE/GO pode ser originária ou recursal. Assinale a opção correspondente a hipótese de competência recursal do Tribunal.

- julgamento dos recursos interpostos dos atos do presidente da própria Corte que tenha aplicado penalidade disciplinar a servidor do Tribunal
- **9** julgamento do registro e de cancelamento do registro de candidato ao cargo de governador do Estado
- julgamento de *habeas data*, em matéria eleitoral, contra ato de secretário do estado
- julgamento dos mandados de segurança contra ato do presidente do próprio Tribunal

QUESTÃO 75

Acerca dos atos praticados pelo Corregedor Regional Eleitoral, assinale a opção correta.

- O Corregedor pode elaborar e alterar o Regimento Interno da Corregedoria Regional Eleitoral, sem que disso precise prestar contas ao Tribunal.
- Caso o Corregedor esteja impossibilitado de comparecer a uma sessão do Tribunal, por estar realizando uma correição em alguma zona eleitoral, deixa de ter direito à gratificação de presença prevista para aqueles que estão presentes nas sessões.
- O Nos deslocamentos do Corregedor, seja naqueles que ocorrerem por determinação do TSE ou do próprio TRE, seja naqueles ocorridos a pedido dos juízes eleitorais, ou de partidos, há uma praxe de que este se faça acompanhar pelo Procurador Regional Eleitoral, mas tal acompanhamento não está previsto regimentalmente, sendo apenas um costume instituído.
- Se a Corregedoria Regional Eleitoral emanar provimentos em matéria administrativa, estes passam a ser vinculantes para os seus servidores, para os juízes e para os servidores das zonas eleitorais.

Um promotor eleitoral do estado de Goiás levou ao Procurador Regional Eleitoral uma série de provas de que o prefeito da comarca em que o referido promotor atuava havia cometido crimes eleitorais e crimes comuns conexos àqueles. Foi instaurado um inquérito policial, por requisição do Procurador Regional Eleitoral, e em pouco tempo o inquérito foi relatado com a indicação da real existência de autoria e materialidade dos crimes. Apresentada a denúncia, a ação penal teve início

Diante dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca dos dados apresentados e do rito que deve ser seguido durante a ação penal por crime eleitoral.

- Se, no curso da ação penal, o Ministério Público apresentar proposta de suspensão processual, nos termos da Lei n.º 9.099/1995, a audiência para apresentação da proposta ao acusado deve ser realizada pelo juiz eleitoral, e esta após a manifestação do acusado não será devolvida ao Tribunal.
- A situação narrada não apresenta dado que possa indicar a existência de competência originária do TRE/GO.
- Quem deve apresentar a denúncia no caso não é o Procurador Regional Eleitoral, e sim o promotor eleitoral.
- Se o prefeito estiver preso, o prazo para oferecimento da denúncia é de 5 dias e se estiver solto, de 15 dias.

QUESTÃO 77

Ainda acerca das regras processuais instituídas pelo Regimento Interno do TRE/GO para o processamento das ações penais por crime eleitoral, assinale a opção correta.

- Ao fim da instrução, na sessão de julgamento, a Procuradoria Regional Eleitoral e a defesa terão prazos sucessivos para sustentação oral. O julgamento terá ampla publicidade, sendo vedada a prática de qualquer ato que importe em restrição da presença do público ao recinto em que estiver sendo realizado o julgamento.
- O recebimento da denúncia é ato praticado pelo Tribunal e não pelo relator isoladamente.
- O interrogatório, por ser ao mesmo tempo meio de prova e de defesa, deve ser realizado pessoalmente pelo relator do caso, sendo indelegável.
- As intimações nas ações penais por crime eleitoral devem sempre ser feitas pessoalmente, sendo vedada a via postal.

QUESTÃO 78

Assinale a opção correta acerca do Procurador Regional Eleitoral que atua perante o TRE/GO.

- O Procurador Regional Eleitoral propõe ações de competência originária do Tribunal e promove, privativamente, a ação penal pública por crime eleitoral.
- O procurador regional eleitoral é escolhido entre um dos membros do Ministério Público do Estado de Goiás, a ele devendo ser dispensado o mesmo tratamento dado aos juízes do tribunal.
- O Procurador Regional Eleitoral será substituído, em caso de impedimento, pelo membro do Ministério Público do Estado de Goiás que for designado para auxiliar o Procurador Regional Eleitoral.
- O Procurador Regional Eleitoral, da mesma forma que os advogados, não tem a faculdade de pedir preferência para o julgamento de determinados processos.

QUESTÃO 79

Duas diferentes juntas eleitorais do estado de Goiás se declararam competentes para solucionar uma impugnação durante os trabalhos de contagem de votos. Como ambas as juntas, mesmo tendo ciência da deliberação uma da outra quanto à competência, não desistiam de continuar os atos de exame das impugnações realizadas, o Ministério Público Eleitoral suscitou conflito de competência perante o TRE/GO.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Os conflitos de competência entre juntas eleitorais, quando positivos, não podem ser suscitados pelo Ministério Público Eleitoral, mas apenas pelas próprias juntas.
- O relator a quem for distribuído e concluso o conflito deve sobrestar imediatamente os processos de impugnação e designar uma terceira junta eleitoral para decidir medidas urgentes e improrrogáveis relativas às demandas em curso que geraram o conflito.
- O Procurador Regional Eleitoral deve ser ouvido no conflito de competência, no prazo de 10 dias e, apenas após emitido o seu parecer, podem os autos serem conclusos ao relator.
- O conflito de competência perante o TRE/GO pode ser suscitado por meio de requerimento mediante ofício, conforme o caso, sem necessidade de apresentação de petição formal.

QUESTÃO 80

Uma coligação política representou ao Corregedor Regional Eleitoral, antes do ato de diplomação, contra o candidato que se sagrou vencedor nas eleições para governador do Estado. A coligação alegava, para tanto, a prática de assistencialismo voltado à captação ilegal de sufrágio por parte do candidato vencedor durante o pleito eleitoral. Após a autuação da ação e a realização da fase instrutória, foi aberta vista ao Procurador Regional Eleitoral, o qual exarou seu parecer. Os autos foram, então, encaminhados ao presidente do Tribunal com pedido de inclusão do feito em pauta para julgamento na primeira sessão subsequente.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A representação deveria ter sido dirigida ao Tribunal, e não ao Corregedor.
- Ocoligação não tem legitimidade para representar diante da situação narrada, apenas partidos políticos, candidatos ou o Procurador Regional Eleitoral.
- O fato narrado configura caso de ação de investigação judicial eleitoral para apuração de abuso de poder econômico.
- O Procurador Regional Eleitoral só atua nesses casos quando é parte autora da representação.



Centro de Seleção e de Promoção de Eventos